

1 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
2 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
3 ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA
4

5 Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às nove horas, no Auditório Humberto
6 Ludovico - ADASA, ocorreu a 31ª reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do
7 Distrito Federal – CRH/DF, atendendo à convocação do seu Presidente, o Secretário de
8 Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal – SEMA/DF, sob a seguinte pauta: **1** – Ordem
9 do dia – item **1a)** Apreciação e votação da Ata da 30ª RO. **1b)** Política Distrital de Mudança
10 do Clima – Desafios relacionados à mitigação e impactos – SEMA – Apresentação. **1c)**
11 Avaliar estratégias para maior envolvimento e participação dos Conselheiros do CRH nas
12 reuniões do Conselho, de forma que medidas possam ser tomadas para sanar a baixa
13 participação apontada pelo Tribunal de Contas, conforme Ofício nº 657/2019 – GP, Decisão
14 381/2019 e Relatório Final de Auditoria do TCDF – SEMA. **1d)** Acompanhamento das
15 atividades da CTPA/CRH- Presidente da CTPA. **1e)** Relato dos representantes do DF no CBH
16 – Paranaíba, a respeito da atuação do Comitê em 2019. **1f)** Atualização da representação do
17 Distrito Federal/CRH no CNRH. **2** – Informes. **2a)** Ofício Circular nº033/2018/DIR/CBH –
18 Paranaíba **2b)** Ofício Circular nº031/2018/DIR/CBH – Paranaíba. Estiveram presentes os
19 seguintes Conselheiros (as): JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR/SEMA, MARIA CRISTINA
20 COIMBRA MARODIN/SEMA, EDNA AIRES/SEDUH, JOSÉ VOLTAIRE
21 PEIXOTO/SEAGRI, JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO/SO/DF, ALLEX DE MELO
22 MORAES/SDE, TC QOPM CECÍLIO DOS SANTOS SOUZA/SSP/DF, ROSATILDE
23 SANTANA CARVALHO/CACI/DF, GUSTAVO NOGUEIRA LEMOS/IBRAM/DF,
24 JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA/ADASA, GUSTAVO ANTONIO
25 CARNEIRO/ADASA, ALBA EVANGELISTA RAMOS/ADASA, SILVIA ANDREA
26 CUPERTINO/CAESB, ELONEIDE MENEZES FRANÇA/CAESB, RODRIGO BATISTA
27 DE OLIVEIRA/CEB, EDUARDO CYRINO DE OLIVEIRA FILHO/EMBRAPA,
28 ANTÔNIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO/FIBRA, TEREZINHA LIMA/ÚNICADF,
29 ANDREIA FERREIRA DE AGUIAR/CBH MARANHÃO/DF, JOSÉ BRILHANTE
30 NETO/CBH PRETO/DF, RICARDO TEZINI MINOTI/CBH/PARANAÍBA, CARLOS
31 ALBERTO DE MIRANDA AVIZ/CBH PARANAÍBA/DF, RAQUEL DE CARVALHO
32 BROSTEL/ABES/DF, MARCELO GANÇALVES RESENDE/UCB. Participaram como
33 ouvintes: Ligia Silva Viveiros Gurgel/CAESB, Maricleide Maia Said/SEMA/DICOL e
34 Raquel Pereira Miguel/ADASA. O Conselheiro Jair Vieira Tannús Subsecretário, primeiro
35 suplente da SEMA justificou a ausência do Presidente do Conselho, Senhor Secretário de
36 Meio Ambiente José Sarney e presidiu a reunião. Deu boas vindas aos Conselheiros e
37 agradeceu a presença de todos. Não havendo quórum para a abertura em primeira convocação
38 a reunião foi aberta em segunda convocação. O Presidente declarou aberta a reunião e
39 procedeu com a leitura da ordem do dia: **item 1a da pauta:** apreciação e votação da Ata da
40 30ª RO. Lembrou que a secretaria executiva não recebeu nenhuma consideração a ser inserida
41 na Ata e submeteu à votação. A Ata foi aprovada por unanimidade a assinada na reunião. O
42 Presidente sugeriu inversão de pauta o que foi aprovado pela Plenária, e prosseguiu com o
43 **item 1c da pauta:** avaliar estratégias para maior envolvimento e participação dos
44 Conselheiros do CRH nas reuniões plenária, de forma que medidas possam ser tomadas para
45 sanar a baixa participação apontada pelo Tribunal de Contas, conforme Ofício nº 657/2019 –
46 GP, Decisão 381/2019 e Relatório Final de Auditoria do TCDF. O Presidente informou que a
47 Decisão 381/2019 - TCDFT é decorrente de auditoria operacional realizada para avaliar a
48 estrutura e o funcionamento dos alguns Conselhos de Políticas Públicas vinculados às
49 secretarias de Estado do DF. No relatório do conselheiro Márcio Michel Alves de Oliveira,
50 consta uma recomendação para que “o CRH avalie e adote as medidas necessárias para sanar
51 a deficiência quanto à baixa participação de membros indicados em reuniões do colegiado”. O
52 Relatório informou que a média de participação está em 51% e que é preciso um maior
53 engajamento por parte dos conselheiros. Os representantes do poder público têm 57% de

54 participação, no segmento de usuários da sociedade civil 46%. O Presidente informou que em
55 breve a secretaria executiva do CRH notificará, via Ofício, todas as instituições com baixa
56 participação nas reuniões do Conselho, conforme as orientações regimentais. Foi sugerida a
57 criação de novas Câmaras Técnicas - CT no CRH, como forma de melhorar a participação das
58 instituições. O Conselheiro Jorge Enoch/ADASA lembrou que este assunto já foi debatido em
59 outras reuniões. O receio é que, caso sejam criadas novas CTs, que os integrantes sejam
60 sempre os mesmos. Neste caso, melhor seria permanecer com a Câmara Técnica Permanente
61 de Assessoramento - CTPA e que, caso haja um assunto mais específico que se crie uma
62 câmara técnica temporária para tratar o assunto pontual. O Presidente reforçou as palavras do
63 Conselheiro Jorge Enoch para uma maior reflexão nesse assunto como forma de sanar a
64 questão da participação dos conselheiros nas reuniões. A conselheira Raquel Brostel/ABES
65 sugeriu que as reuniões ordinárias do Pleno fossem feitas todo mês porque aproxima mais os
66 membros e se aprofunda melhor os temas, visto que as reuniões mais espaçadas dispersam o
67 interesse dos Conselheiros. O Conselheiro Jorge Enoch/ADASA lembrou que esse ano o
68 Conselho ainda apreciará assuntos importantes, a exemplo da cobrança dos recursos hídricos,
69 cuja proposta está sendo elaborada pelos CBHs. O Presidente prosseguiu com o item **1d** da
70 pauta: acompanhamento das atividades da CTPA/CRH para o primeiro semestre de 2019.
71 Convidou a Presidente da CTPA, conselheira Raquel Brostel/ABES/DF para proceder à
72 apresentação. A Conselheira informou que no primeiro semestre de 2019 a CTPA realizou
73 cinco reuniões, onde abordou os seguintes pontos de pauta: Planejamento das atividades 2019.
74 Acompanhamento da execução das metas do PROGESTÃO. Acompanhamento do
75 Cumprimento da Resolução CRH nº 02/2014, com as alterações da Resolução CRH nº
76 03/2018. Aplicação dos recursos financeiros do PROGESTÃO: Resolução 3/2016 – CRH/DF,
77 que definiu prioridades para aplicação dos recursos na elaboração do plano de bacia, na
78 constituição da agência de bacias, na instituição da cobrança de uso recursos hídricos e
79 implementação do fundo de recursos hídricos. Informou que, em maio de 2018, quando a
80 CTPA analisou o tema aplicação dos recursos do PROGESTÃO a ADASA informou que das
81 cinco parcelas que serão recebidas, três serão aplicadas no plano de bacia dos afluentes
82 Paranoá. Uma seria aplicada na manutenção da rede de monitoramento e a última parcela
83 ainda não tinha definição. Em 2019 a ADASA informou que o valor gasto do recurso do
84 PROGESTÃO foi de R\$ 527.867,00 pago por meio do contrato com a CPRM – modernização
85 da rede de monitoramento e R\$ 77.797,79 pago em maio de 2019. Há previsão para aplicação
86 de R\$ 1.555.955,86, com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia dos afluentes do Paranaíba.
87 Informou que segundo a ADASA a ANA já pagou três parcelas do PROGESTÃO e aguarda a
88 liberação da 4ª Parcela, cujo relatório já foi enviado. A Presidente informou que a CTPA
89 decidiu pelo desligamento da FAPE da CTPA em virtude das muitas faltas, em cumprimento
90 ao determinado no regimento interno do CRH/DF e que os comitês de bacias hidrográficas do
91 DF ocuparão a vaga em vacância e os próprios CBHs decidirão a forma de ocupação da vaga.
92 A Presidente agradeceu a todos e finalizou a apresentação. O Conselheiro Jorge Enoch
93 informou que o SIRH e o SISDIA são coisas diferentes e, não necessariamente, um integra o
94 outro. O SIRH é o Sistema de Informação de Recursos Hídricos do Distrito Federal,
95 gerenciado pela ADASA. Sugeriu que o CRH conceda pauta para que a ADASA possa a
96 apresentar o sistema ao Conselho para melhor compreensão do que está trabalhado no mesmo.
97 O Presidente manifestou que poderá ser apresentado na próxima reunião do Conselho. Sobre
98 o Plano de Capacitação do PROGESTÃO o Conselheiro Ricardo Minoti/CBH Paranaíba/DF
99 lembrou que o problema identificado no plano de capacitação também alcança os CBHs que,
100 por meio do PROCOMITÊS precisa capacitar os integrantes dos CBHs. Sugeriu que durante
101 as reuniões do CRH sejam apresentadas palestras de temas afetos aos recursos hídricos e que
102 estas possam ser contabilizadas no âmbito do plano de capacitação. A proposta foi submetida
103 à votação, aprovada por unanimidade, contudo, foi informado que a capacitação do
104 PROGESTÃO precisa seguir algumas orientações e que estas precisam ser observadas na
105 realização da capacitação. A Conselheira Alba/ADASA falou a respeito do plano de
106 capacitação em nível do Pró Gestão e Pró Comitês que já está aprovado e pactuado com a

107 ANA. Lembrou que todo o sistema de gerenciamento de recursos hídricos tem que ser
108 capacitado em todos os níveis, mas que está encontrando alguma dificuldade para essa
109 realização. A Conselheira sugeriu que, a cada reunião do Conselho, se pautasse uma palestra
110 sobre um assunto, selecionado previamente, e que depois de cada apresentação emita-se um
111 certificado e isto irá configurar uma capacitação no âmbito do PROGESTÃO e
112 PROCOMITÊS. A Conselheira Alba/ADASA se colocou à disposição para auxiliar na
113 organização de divulgação e elaboração de certificação. A sugestão foi acolhida e aprovada
114 pelo Plenário, com a recomendação de se observar as determinações do Plano de
115 Capacitação/PROGESTÃO e PROCOMITÊS, para validar as palestras como capacitação dos
116 entes do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. A Presidente da CTPA pediu ao
117 Presidente da reunião que submetesse à apreciação do Pleno a proposta de alocação de
118 recursos apresentada pela ADASA. Lembrou que a aplicação do recurso da rede de
119 monitoramento não está prevista nas prioridades estabelecidas na Resolução 3/2016 do
120 CRH/DF, logo, não está compatível com as prioridades estabelecidas pelo Pleno. Informou
121 que a ADASA apresentou essas justificativas e é preciso que o Conselho delibere sobre a
122 nova destinação de recursos. O Presidente submeteu à votação e esta foi aprovada na forma
123 como apresentada a este Conselho pela Presidente da CTPA. Sobre o Art. 1ª, inciso II da
124 Resolução CRH 03/2018: Consolidação do Sistema de Monitoramento das Chuvas, da
125 Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal, por meio da articulação e
126 integração dos sistemas existentes no Distrito Federal com suporte do SISDIA, até dezembro
127 de 2019. Até aqui a Presidente da CTPA/CRH sugeriu a substituição da CT de implantação
128 do Sistema de Informações de RH por um GT, no âmbito da CTPA. Caso aprovado por este
129 Conselho, o GT irá propor os objetivos e produtos esperados, para submeter ao CRH. O
130 Presidente da reunião submeteu à apreciação e a proposta de criação do GT no âmbito da
131 CTPA, em substituição à CT foi aprovada por maioria do Plenário. O GT ficou assim
132 constituído: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/DF; Instituto
133 do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental-IBRAM;
134 Universidade de Brasília – UnB; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do
135 Distrito Federal – EMATER; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA;
136 Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal/DF – CAESB; Agência Reguladora
137 de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA/DF; Comitê de Bacias
138 Hidrográficas do DF- CBHs/DF e Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal
139 - SEMA/DF. A Presidente da CTPA informou que conversou com a coordenadora de GT
140 sobre normas gerais de outorga, a senhora Maria Sílvia Rossi/SEMA, que informou que
141 entregará à CTPA o relatório final do GT ainda no mês de agosto. A Presidente da CTPA
142 solicitou que o CRH intervenha junto ao IBRAM para que aquele órgão fortaleça a área de
143 recursos hídricos e, informou que o IBRAM não teve participação nas últimas reuniões da
144 CTPA. A Presidente sugeriu ainda, que o CRH inicie as discussões para a criação do Fundo
145 de Recursos Hídricos do DF. Lembrou que o PROCOMITÊS receberá recursos da ordem de
146 R\$ 150.000,00, a serem disponibilizados a partir de 2010. A Diretora de Colegiados,
147 Maricleide Said/SEMA lembrou que, em acordo com a legislação, os CBHs figuram como
148 entes da sociedade civil e, chamou atenção para o fato de que isto precisa ser revisto, pois os
149 CBHs são entes do poder público. O Conselheiro Ricardo Minoti/CBH Afluentes do
150 Paranaíba/DF sugeriu que seja revista a legislação para adequar a condição dos CBHs como
151 entes de Estado. O Conselheiro Jorge Enoch/ADASA lembrou que não é uma situação muito
152 fácil e rápida mudar uma lei. Finalizadas as considerações o Presidente submeteu à votação a
153 substituição da FAPE pelos Comitês de Bacias Hidrográficas do DF na CTPA, o que foi
154 aprovado por unanimidade, ficando a cargo dos CBHs definir como será a representação dos
155 CBHs na CTPA, visto que o DF tem três Comitês. O Presidente retomou o item **1b da pauta:**
156 Política Distrital de Mudança do Clima – Desafios relacionados à mitigação e adaptação –
157 SEMA. Convidou a Senhora Larissa Schmidt/SEMA para proceder à apresentação. A
158 apresentadora fez um pequeno histórico do posicionamento do Brasil na política global do
159 clima. Lembrou que os compromissos assumidos pelo Brasil, em 2012, na convenção das

160 Nações Unidas e em 2016, no Acordo de Paris – NDC criaram obrigações para o País
161 implantar medidas para uma atuação concreta, tanto no combate às causas quanto aos efeitos
162 danosos do aquecimento global. Informou que na NDC, o Brasil se comprometeu a reduzir as
163 emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma
164 contribuição subsequente indicativa de, em 2030 reduzir as emissões de gases de efeito estufa
165 em 43% abaixo dos níveis de 2005. Para isso, o País se comprometeu a aumentar a
166 participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18%
167 até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma
168 participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em
169 2030. A apresentadora informou que no âmbito do GDF, a Lei Distrital nº 4.797, de 06 de
170 março de 2012, determina que a Política de Mudança Climática do Distrito Federal deve
171 assegurar a contribuição do Distrito Federal no cumprimento dos propósitos da Convenção
172 Quadro, incluindo-se a obrigação de redução progressiva do uso de combustíveis fósseis, em
173 pelo menos, 10% a cada ano, tendo como ano base – 2011. Além disso, há a obrigação legal
174 imposta ao GDF, pela referida Lei Distrital, de utilização, até 2020, de combustível renovável
175 não fóssil para todos os ônibus do sistema de transporte público do Distrito Federal. A
176 senhora Larissa apresentou as ações do DF que visam à adaptação aos efeitos adversos das
177 mudanças do clima: plano de enfrentamento aos efeitos do clima. Disse que o DF tem
178 projeções de clima para a região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e entorno
179 já entregues pelo CGDPI, incluindo tendências de temperatura e precipitação (1961 – 2100),
180 mapas de mudanças médias na chuva e ilhas de calor. Lembrou que algumas ações estão em
181 andamento: atualização do Inventário de Gases de Efeito Estufa, considerando-se as
182 principais fontes emissoras (transporte veicular, cimenteiras e ETEs – Estações de Tratamento
183 de Esgoto). Busca de recursos para a implantação de usinas fotovoltaicas em órgãos públicos.
184 Identificação de áreas degradadas no âmbito de áreas protegidas, áreas periurbanas e urbanas:
185 recuperação como sumidouros de carbono, contribuindo para a compensação das emissões do
186 DF; estudos para determinar a viabilidade de um mercado de carbono e mitigação de emissões
187 das atividades administrativas do GDF. Também estão sendo adotadas medidas na área de
188 energia: discussão sobre as possibilidades do aumento da desoneração fiscal para energia
189 instalada no âmbito da legislação federal e distrital vigentes; atuação concentrada do GDF
190 para o desenvolvimento de um modelo de incentivos e fomento aos investidores na área de
191 geração de energia fotovoltaica no DF; melhoria dos sistemas de financiamento, incluindo-se
192 a maior difusão de informações e diminuição de entraves burocráticos. A apresentadora
193 informou que algumas ações estão sendo implementadas, a exemplo do inventário e
194 descarbonização das atividades administrativas do GDF, bem como outras condições distritais
195 determinadas na área de transporte, das cimenteiras e estações de tratamento de esgoto.
196 Finalizou a apresentação. O Conselheiro Antônio Carlos/FIBRA chamou a atenção para a
197 complexidade do tema e ressaltou que o assunto deve ser tratado de forma pontual. Lembrou
198 que a Fibra está desenvolvendo, em processo adiantando, implementação de duas usinas de
199 processamento do lixo do DF e que ambas estarão produzindo energia. Uma delas em
200 Sobradinho/DF vai produzir energia e CDR – energia fotovoltaica - que seria feito com
201 processamento na cimenteira. Outra implantada na Ceilândia/DF que está produzindo energia
202 e madeira biosintética. Essa implementação está sendo feita para que possamos trabalhar no
203 DF com a ideia de lixo zero, considerando que o aterro sanitário não é uma solução definitiva.
204 Salientou que é preciso eliminar a ideia de aterro. A alternativa é transformar o lixo em
205 energia e subproduto. Lembrou que o gás metano que está sendo desperdiçado no aterro
206 poderia ser armazenado e utilizado no transporte público. Destacou que a ideia é instalar de 4
207 a 5 unidades dessas usinas no DF, sendo possível tratar 100% do lixo do DF. O Conselheiro
208 Jorge Enoch/ADASA ratificou as palavras do Conselheiro da Fibra e lembrou que a CAESB
209 será bastante beneficiada com o uso de energias alternativas visto que é a principal
210 consumidora de energia do DF. O Presidente da reunião informou que está em análise no
211 GDF uma proposta de aproveitamento do biometano e que em breve será lançado um edital
212 para o aproveitamento energético proveniente do lixo. A Conselheira Ligia/CAESB

213 informou que a CAESB tem implantado o programa de eficiência energética, células
214 fotovoltaicas, não só na sede, mas também em outras unidades. A CAESB está em tratativas
215 com o governo e o SLU sobre o recebimento de efluentes. A instituição não se nega a receber
216 se houver a condição, mas atualmente, esse efluente está excessivo e isto compromete o
217 tratamento das estações. Nesse sentido está sendo feita conversa com o GDF e SLU para
218 chegarem a um entendimento. A Conselheira Raquel Brostel/ABES/DF falou a respeito da
219 apresentação e perguntou se tem um plano de ação para a implementação das ações
220 mencionadas na apresentação. Finalizadas as considerações, o Presidente prosseguiu com o
221 **item 1e da pauta:** Relato dos representantes do DF no CBH – Paranaíba. Convidou o
222 Conselheiro Gustavo/ADASA que informou que, em relação aos recursos cobrados pelo uso
223 dos recursos hídricos de 2018, no âmbito do CBH Paranaíba, o DF submeteu sete projetos:
224 projeto de preservação de água em pequenos reservatórios revestidos com lona; implantação
225 de poços tubulares profundos em propriedades rurais; hidrometração do uso: programa
226 hidrômetro para todos; conservação da água e solo na Bacia Hidrográfica do Alto Descoberto
227 e Pipiripau; capacitação, armazenamento e aproveitamento de águas pluviais em escolas
228 públicas para uso múltiplo; cisternas e viveiros nas escolas; recomposição de revegetação
229 nativa do Cerrado por semeadura direta na Bacia do Descoberto com apoio da SEAGRI e
230 implantação de saneamento básico em propriedades rurais. O montante desses sete projetos
231 totaliza R\$ 1.465.502,00. Dos sete projetos, um está em fase de execução: reservatórios
232 lonados. Os outros estão em fase de contratação. Sobre os recursos cobrados em 2019, a
233 ABHA adotou nova sistemática para seleção de projetos. Em 2019 foram apresentados dois
234 projetos pelo DF e um foi aprovado: revestimento do primeiro trecho do canal Santos
235 Dumont. Dos 22 projetos submetidos ao Comitê apenas quatro foram aprovados. O
236 Conselheiro Gustavo/ADASA lembrou que a ABHA agência do CBH Paranaíba está com
237 muitas dificuldades financeiras para administrar a agência, visto que a legislação só permite
238 aporte de até 7,5% para aplicação em gestão. Uma alternativa para melhorar a
239 sustentabilidade da ABHA seria trazer para a Agência a cobrança das Bacias afluentes: Estado
240 de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Salientou que é importante o DF acompanhar estas
241 discussões para alinhar com o que está sendo pensado no DF. O Conselheiro Ricardo
242 Minoti/CBH Paranaíba corroborou as palavras do Conselheiro Gustavo/ADASA e destacou
243 dois pontos: nas discussões sobre cobrança, pautadas em 2018, ficou acertado que 60% dos
244 recursos oriundos dos Estados retornaria para o próprio Estado. Disse ser importante
245 considerar as negociações já processadas. Lembrou que os Estados precisam participar mais
246 efetivamente destas discussões. O Conselheiro destacou também a importância da
247 participação do IBRAM no Comitê federal. O Conselheiro Jorge Enoch/ADASA lembrou que
248 o acordo que garante o retorno de 60% da arrecadação feita nos Estados de origem dos
249 recursos da cobrança foi resultado de grande articulação feita no passado, pelos entes do
250 Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF. Lembrou que á época havia a
251 possibilidade de judicialização e esta hipótese não está afastada. Salientou que esta pauta é de
252 grande importância para o DF, visto que a CAESB é um dos maiores pagadores da Bacia, daí
253 a importância de o DF se apropriar desta pauta e ir lá defender o retorno do recurso. O
254 Conselheiro Gustavo Lemos/IBRAM manifestou que o IBRAM passou por uma estruturação
255 e isso dificultou a participação nas reuniões do mencionadas pelo Conselheiro Ricardo,
256 contudo, a proposta do IBRAM é que a partir destas nomeações a participação seja efetiva
257 com contribuição e representatividade mais eficaz. O Presidente prosseguiu com o **item 1f da**
258 **pauta:** Atualização da representação do Distrito Federal/CRH no CNRH. O Presidente
259 esclareceu que existe representante do DF em câmara técnica do CNRH que não faz parte da
260 instituição a qual representa dessa forma, é necessário substituí-lo: CTIL. Também pode ser
261 aproveitada a oportunidade para atualizarmos os que por ventura precisem de atualização. O
262 Conselheiro Jorge Enoch/ADASA, representante do CRH/DF no CNRH no mandato de 2018-
263 2020, ressaltou que é muito importante que os representantes do DF no CNRH tragam para o
264 CRH um relatório das atividades e discussões que ocorrem no âmbito destas CT do CNRH.
265 Lembrou que isto é demanda antiga deste Conselho e que não está sendo atendida. O

266 Conselheiro lembrou que em 15 de junho de 2018 aconteceu uma reunião do CNRH, para
267 definir a participação dos Conselhos estaduais para o mandato de 2018-2021, na qual o DF,
268 que divide a vaga com o Estado do Paraná, passou a ser o titular da vaga e o Paraná o
269 suplente. Essa inversão ocorre a cada quatro anos. O Conselheiro ressaltou que em 2018
270 foram abordados os seguintes temas no CNRH: atualização dos valores cobrados das bacias
271 do Paraíba do Sul e PCJ, avaliação de mecanismos e valores na cobrança da Bacia do Rio
272 Doce - delegação de competência para a ABHA para atuar como Agência de Bacia no CBH
273 Paranaíba, onde o DF também teve uma participação importante na composição de um
274 Comitê de Ética no CNRH, para regular as discursões ali processadas. Também foram
275 debatidas as Resoluções e as Moções que recomenda a não aprovação do substitutivo do PL
276 86, que alterava a Lei 9.433, com a inclusão de revitalização de bacias como mais um
277 instrumento de gestão de recursos hídricos. Recomendou a não aprovação da MP 844 - novo
278 marco legal do saneamento básico, recomendou a regularização de repasse da cobrança em
279 Minas Gerais que estava com problemas e recomendou a implementação da cobrança no
280 Espírito Santo conforme aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos/ES. Após
281 articulação da SEMA em seis de outubro de dois mil e dezoito foi mandado ofício com o
282 interesse dos CRH/DF em participar de quatro das cinco câmaras técnicas do CNRH, em
283 processo de renovação de membros. Informou que em dezembro de 2018 aconteceu a última
284 reunião do ano do CNRH onde foi aprovada a titularidade do DF nas CTs de Análise de
285 Projetos, na Ciência e Tecnologia e na Outorga e Ações Regulatórias, finalizou. O Presidente
286 manifestou que é interesse do Secretário da SEMA que a vaga de titular na CTIL permaneça
287 na SEMA, assim como a titularidade da CTPOAR e propõe a substituição do representante da
288 ADASA na terceira suplência da CTPOAR. Essa é a proposta da SEMA ao Plenário. A
289 SEMA indica a senhora Ludmylla Castro Moura, que é advogada, para integrar a CTIL. A
290 senhora Eloneide/CAESB manifestou que a CAESB tem interesse em continuar ocupando
291 vaga na CTAP. A proposta final da representatividade do CRH-DF no CNRH foi: CTIL –
292 SEMA (Ludmylla Castro e Moura) e Adasa (a indicar). Para a CTAP – CAESB (Flávio
293 Santos Gonçalves). Houve consenso e a proposta foi aprovada. Os demais representantes
294 permanecem, conforme indicação já proferida no CNRH pelo CRH/DF, a saber: CTPOAR:
295 SEMA (Maria Sílvia Rossi), 2º Suplente: Gustavo Antonio Carneiro, que substitui o Rafael
296 Machado Mello. O Presidente prosseguiu com o **item 2 da pauta**: informes. Foi informado
297 pelo Presidente da reunião que, em 2018 o CBH Paranaíba recebeu ofício solicitando apoio ao
298 CRH para encaminhar Moção dirigida ao CNRH, onde solicitava a regulamentação do repasse
299 de 7,5% referente à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Sobre o teor
300 do ofício, o CBH Paranaíba informou que a ANA respondeu diretamente ao CBH Paranaíba
301 informando da impossibilidade legal de atendimento do pleito. O outro ofício solicita apoio
302 do CRH para envio de Moção dirigida à ANA, ao qual o CBH Paranaíba informou que a
303 ANA também já respondeu ao solicitado no Ofício. O Conselheiro Ricardo Minoti/CBH
304 Paranaíba esclareceu que o Plano de Bacia do Paranaíba/DF estará pronto até o final de 2019.
305 Até o final do ano a equipe terá realizado mais de cinquenta reuniões/oficinas no CBH
306 Afluentes do Paranaíba/DF. Surgiu uma demanda no Comitê em relação à consulta pública do
307 Plano do Setor Habitacional Taquari etapa II, que está sendo trazido para ao conhecimento
308 deste Conselho para que possa opinar sobre o assunto. O Conselheiro sugeriu que o CRH
309 envie Moção à SEDUH e à 4ª PRODEMA/MPDFT recomendando a prorrogação de prazo da
310 consulta pública relativa ao Projeto Setor Habitacional Taquari Etapa II - DIUR 04/2019
311 (Processo SEI 00390-00006326/2018-13). A proposta foi submetida à apreciação do Plenário
312 e foi aprovada por unanimidade. Esgotada a pauta e não havendo mais considerações, o
313 Presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião. A Ata será lida, aprovada e assinada pelos
314 Conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR
SEMA/DF

MARIA CRISTINA C. MARODIN
SEMA

JOSÉ VOLTAIRE PEIXOTO
SEAGRI

ALLEX DE MELO MORAES
SDE

ELONEIDE M. FRANÇA ARRUDA
CAESB

MARCELO GONÇALVES RESENDE
UCB

GUSTAVO NOGUEIRA LEMOS
IBRAM

GUSTAVO ANTONIO CARNEIRO
ADASA

SILVIA ANDREA CUPERTINO
CAESB

EDUARDO CYRINO DE O. FILHO
EMBRAPA

TEREZINHA LIMA
ÚNICADF

RICARDO TEZINI MINOTI
CBH/PARANAÍBA

EDNA AIRES
SEDUH

JÉSSICA DOS REIS RIBEIRO
SO/DF

TC QOPM CECÍLIO DOS S. SOUZA
SSP/DF

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
ABES/DF

ROSATILDE SANTANA CARVALHO
CACI/DF

JORGE ENOCH FURQUIM W. LIMA
ADASA

ALBA EVANGELISTA RAMOS
ADASA

RODRIGO BATISTA DE OLIVEIRA
CEB

ANTONIO CARLOS DE A. NAVARRO
FIBRA

ANDREIA FERREIRA DE AGUIAR
CBH/MARANHÃO

JOSÉ BRILHANTE NETO
CBH/PRETO

